

## Defasagem escolar: contexto pandêmico em análise

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal apresentar informações referentes a defasagem escolar brasileira, focando no período pandêmico. Nota-se que, com o fim da pandemia, a defasagem escolar tende a aumentar caso medidas não forem adotadas para resolver o problema. Metodologicamente, para atingir os objetivos do estudo, foi empregada a pesquisa bibliográfica, que visa estabelecer uma conexão entre o pesquisador e os materiais publicados, coletando informações em estudos pré-existentes. Ressalta-se que compreender as causas da defasagem escolar é crucial para os professores, pois isso os capacita a tomar medidas preventivas e corretivas eficazes. Conclui-se que entre as principais razões da defasagem escolar está a falta de exposição dos alunos ao conhecimento necessário, o que foi agravado durante a pandemia, resultando em uma aprendizagem deficiente. Com isso, ao retornarem aos estudos os alunos se depararam com conteúdos mais avançados, o que acarretou dificuldades de compreensão devido à falta de uma base sólida em conceitos de níveis anteriores, essenciais para o progresso na aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Defasagem Escolar. COVID-19. Educação.

**Franklin Antônio Inácio Freitas**  
[franklinantonioinacio@gmail.com](mailto:franklinantonioinacio@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0004-2718-3422>  
Universidade Regional Integrada do  
Alto Uruguai e das Missões, Frederico  
Westphalen/RS, Brasil

**Edite Maria Sudbrack**  
[sudbrack@uri.edu.br](mailto:sudbrack@uri.edu.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-9591-8038>  
Universidade Regional Integrada do  
Alto Uruguai e das Missões, Frederico  
Westphalen/RS, Brasil

## INTRODUÇÃO

Este estudo visa abordar a defasagem escolar no contexto brasileiro, especialmente durante o período pandêmico. Observou-se que, durante essa fase desafiadora, muitos alunos avançaram de um ciclo para outro com deficiências significativas no processo de aprendizagem, marcado por contradições, contrassensos e dissensos que necessitam de atenção em nosso contexto educacional. A pesquisa se baseia em um corpus empírico consistente, composto por legislação, artigos científicos e livros, totalizando 26 textos obtidos em plataformas como SciELO, Google Acadêmico e sites específicos para acesso à legislação vigente.

A preocupação central é compreender e analisar as causas dessa defasagem, visando contribuir para ampliar o debate sobre o tema e subsidiar futuras pesquisas. É evidente que, após o término da pandemia, o problema da defasagem tende a se agravar se medidas adequadas não forem adotadas. A falta de acompanhamento adequado pode levar os alunos em situação de defasagem a desistirem dos estudos, incapazes de acompanhar o ritmo escolar devido às lacunas acumuladas nos anos anteriores, o que, por sua vez, alimenta a evasão escolar.

A compreensão das principais causas da defasagem escolar é essencial para os professores, pois sem esse conhecimento torna-se difícil desenvolver estratégias eficazes para prevenir e remediar essa situação. Um dos motivos frequentemente apontados é a falta de exposição adequada do aluno ao conhecimento, uma situação agravada durante a pandemia, resultando em aprendizagem deficiente.

Além disso, quando o aluno retorna aos estudos, depara-se com conhecimentos mais avançados, mas sem a base de conhecimento dos conteúdos de níveis anteriores, o que compromete sua capacidade de compreensão e progressão nos anos seguintes de sua formação.

Para atingir os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem de pesquisa bibliográfica. Conforme Lakatos e Marconi (2010), esse tipo de pesquisa estabelece uma conexão entre o pesquisador e o conhecimento existente, por meio de estudos publicados em artigos, livros, revistas e outros materiais relevantes sobre o tema em questão.

Assim, para iniciar esta exposição, serão contextualizadas a educação brasileira e a problemática da evasão escolar.

## PALAVRAS INICIAIS

No Brasil, a educação é um direito garantido pela Constituição Federal. Assim, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho (Brasil, 1988). A educação não objetiva

apenas compor a força de trabalho, está envolvida em dar sentido, dignidade e cidadania ao indivíduo. Nesse sentido, a defasagem escolar é uma ‘pedra no caminho’, pois retarda o avanço dos alunos no desenvolver de suas habilidades, sejam elas sociais, profissionais ou emocionais.

O educador Saviani (2005) relata que durante todo o período que compreende o estabelecimento do ensino público em território nacional, a defasagem escolar já se fazia presente. O ensino, durante os primeiros anos de Brasil colônia e por todo o globo, era garantido apenas aos que tinham condições de pagar lições particulares de professores, normalmente padres, sendo de acesso exclusivo a pessoas do sexo masculino e direcionado, exclusivamente, a conversão ao cristianismo. Existiam apenas instituições particulares de ensino, normalmente ligadas as igrejas das regiões e que atendiam aos latifundiários e nobres, os únicos que tinham condições e pré-requisitos para tal.

Essa situação perdurou até o ano de 1759, quando os jesuítas, padres de uma das vertentes do cristianismo, foram expulsos pelo Marquês de Pombal, que impôs novas regras de ensino baseadas nas Cartas Régias, voltadas à laicidade e ideias iluministas, apesar de manter o ensino religioso, estabeleceu uma nova prática e métodos de ensino. Com a chegada da família imperial portuguesa ao Brasil, o país começou a receber maior atenção e investimento em todos os setores, inclusive no ensino. Durante esse período, o quadro docente não dava conta de atender a demanda de alunos, o que fez a coroa admitir professores sem as habilitações necessárias. Apenas em 1835 foram fundadas as primeiras escolas de formação de professores (Saviani, 2005).

No primeiro ano da República, em 1890, Benjamin Constant, no cargo que hoje seria de Ministro da Educação, instituiu reformas organizacionais, todavia, não se alterava a estrutura de base, apenas o sistema. Primeiro estabelecidas em instituições privadas e depois seguidas, em menor escala, pelas públicas (Saviani, 2005).

Durante os primeiros anos do século XX surgiram movimentos de democratização e universalização do acesso ao ensino, que pretendiam englobar pessoas sem renda e do sexo feminino. A partir do ano de 1930, com a tomada do poder de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação (MEC), juntamente com um Plano Nacional de Educação (PNE), o primeiro do país, que promoveu mudanças estruturais que se assemelham as vigentes até hoje, criando universidades e escolas técnicas. Com o fim do Estado Novo de Vargas, uma nova constituição, em 1946, foi implementada e assegurou o direito ao acesso à educação básica gratuita e universal (Saviani, 2005).

O regime militar foi marcado por grandes mudanças, instituiu obrigatoriedade de matérias, retirou outras das grades de currículo, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização para sanar a defasagem educacional adulta, escolas técnicas, multiplicação de vagas no setor privado, entre outras. Com o fim do período autoritário, foi estabelecida uma nova constituição que, conforme Santos (1991, p. 31), “cuida da educação e do ensino de maneira especial, com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores.” As principais alterações instituídas foram, segundo Aranha (1996),

a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Após entender um pouco do passado, conseguimos compreender melhor o presente e o futuro. Nota-se que problemas atuais, como a defasagem escolar, já eram evidentes desde o período colonial e que não foram supridos ao passar das décadas e mudanças de governos.

É preciso lidar com questões importantes para se assegurar o que preconiza uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos: primeiro, acesso, permanência e aprendizado; segundo, garantir que todos se matriculem na escola e ali permanecem, com os aprendizados previstos para cada idade; terceiro, que se promovam oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos, sem deixar ninguém para trás.

Uma dessas questões importantes é relacionada aos fatores socioeconômicos dos alunos, nesse sentido, o estudo efetivado por Oliveira e Soares (2013) se dedicou a analisar o efeito do Programa Bolsa Família (PBF) sobre diversos temas sociais, a partir de dados do Cadastro Único (CadÚnico), Sistema Frequência (MEC) e censos da educação básica, os autores analisaram o impacto do PBF sobre a repetência escolar dos alunos do Ensino Fundamental regular. Seus resultados mostraram algumas informações alarmantes: os alunos que já repetiram de ano possuem 46% mais chances de repetirem de ano novamente do que aqueles que foram aprovados, bem como os meninos possuem 70% mais chances de serem reprovados do que as meninas e alunos em situação de defasagem idade-série também são muito prejudicados.

Contudo, o trabalho dos autores mostrou que alunos participantes do PBF têm 11% menos chance de serem reprovados do que os que não participam do Programa. Isso mostra um efeito positivo e importante do PBF sobre a redução da desigualdade, o que deve ser levado em conta, pois são crianças e jovens que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza. (Oliveira; Soares, 2013).

Gonçalves et al. (2016) buscaram observar, a partir das condicionalidades do PBF, as consequências na distorção idade-série dos alunos cujas famílias, no Censo Escolar de 2010, autodeclararam-se beneficiadas. Os autores fizeram uso de dados do Censo Demográfico Brasileiro com o objetivo de analisar a distorção de idade-série entre os alunos com características socioeconômicas similares, além de testar a hipótese de os alunos que recebem o benefício terem chances menores de defasagem escolar.

A amostra foi composta de alunos de 7 a 14 anos e considerou apenas crianças de escolas públicas, sendo analisada com regressão logística binária. Ficou constatado no estudo que o recebimento do Bolsa Família está associado negativamente às chances de distorção idade-série. Contudo, observou-se que as crianças de 14 anos de idade e que residiam em áreas urbanas obtiveram chances maiores de defasagem escolar. Isso pode ser resultado do efeito tempo,

em que, quanto mais velhos, maiores as chances de terem atraso escolar. O fato de estudarem em escola pública mostra situação de vulnerabilidade econômica, assim pode existir a possibilidade desses jovens precisarem trabalhar para complementar a renda familiar (Gonçalves et al., 2016).

Kassouf (2007) destaca que, para elevar a escolaridade do país, é preciso realizar melhorias nos níveis de ensino de forma a elevar a frequência escolar e garantir aos jovens o avanço nos estudos. As melhorias foram realizadas, especialmente a partir dos anos 90. A partir dessa perspectiva, o autor analisou a influência das características familiares, econômicas e de infraestrutura da escola sobre a frequência e defasagem escolar de jovens do Ensino Fundamental. Um dado significativo do estudo é que, para o caso da frequência escolar, as regressões mostraram que ela aumenta com a idade, porém até certo limite, a partir daí a frequência escolar passa a reduzir conforme a idade aumenta. Isso pode acarretar que jovens de 15 a 18 anos não concluam os estudos na idade correta e muitas vezes abandonem a escola com escolaridade insuficiente.

O estudo de Palú, Schütz e Mayer (2020) e Vasconcelos e Colares (2020) apontou a desigualdade socioeconômica como fator agravante dos atrasos escolares. Os alunos desfavorecidos enfrentaram maior dificuldade em acompanhar o ensino durante a pandemia, pois, para participarem das aulas online sofreram com a falta de recursos e apoio adequado. Essas desigualdades realçam a necessidade de políticas inclusivas que considerem as origens socioeconômicas dos estudantes.

A disparidade escolar durante a pandemia se tornou um dos principais problemas na educação. A interrupção das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto criaram desafios significativos no processo de aprendizagem dos alunos. Os atrasos escolares são retrocessos na aquisição dos conhecimentos e competências necessários para um determinado nível de ensino (Vasconcelos; Colares, 2020).

Destaca-se assim, que a pandemia teve um impacto negativo na aprendizagem dos alunos, levando a um declínio na qualidade da educação. As limitações do ensino remoto e a falta de interação presencial impediram que muitos alunos aprendessem no nível que esperavam. Dias (2021) observou que um contexto social desgastado e caracterizado por uma constante sobrecarga de informações e demandas leva ao esgotamento de educadores e alunos, impactando o engajamento e o desempenho escolar.

A falta de meios tecnológicos adequados é um dos principais fatores que causam atrasos escolares. Muitos alunos não possuem equipamentos ou conectividade adequados para participar efetivamente das aulas remotas. Souza (2020) mencionou que a exclusão digital afetou a equidade educacional e exacerbou a desigualdade entre os estudantes. Além disso, a dificuldade de adaptação à aprendizagem remota e a falta de apoio presencial afetaram a aprendizagem de muitos alunos.

Além disso, é importante analisar a adaptabilidade e flexibilidade do currículo escolar. Minto (2021) observou que as abordagens ao ensino à distância

não são uniformes e muitas vezes enfrentam desafios de implementação. Essa falta de alinhamento destaca a importância de uma abordagem coordenada e adaptativa para garantir a continuidade da aprendizagem.

No contexto da pandemia, o sistema educativo também enfrentou uma lacuna legislativa preocupante. A falta de orientações pedagógicas específicas durante a crise realça a necessidade de uma abordagem mais holística e de legislação que considere a adaptação de diferentes disciplinas ao ensino à distância. (Vasconcelos; Colares, 2020).

São considerados em situação de defasagem escolar os alunos que não possuem, no início de cada ano letivo, os anos de estudo compatíveis com a sua idade. Nesse sentido, Honda (2007) define defasagem escolar como sendo a diferença entre a série que a criança está cursando ou concluindo e a série que deveria estar estudando, sem que houvesse nenhuma reprovação. Quanto às consequências da defasagem escolar, Holmes e Mathew (1984) realizaram uma meta-análise de 44 estudos focados no efeito da retenção escolar. Nesses, os autores comparam os rendimentos escolares entre os alunos retidos e não-retidos. Os estudos mostraram que vários dos efeitos positivos dos alunos retidos foram em decorrência de programas de remediação para os que foram reprovados. Essa intervenção obscurece os efeitos reais da retenção escolar.

Holmes (1989), por meio de meta-análise de 63 estudos sobre o mesmo tema, verificou que quando os alunos reprovados e os aprovados eram avaliados logo após a conclusão do mesmo grau, os alunos reprovados tiveram resultados melhores do que os não retidos. Porém, essa vantagem diminuía constantemente. Depois de três avaliações, os alunos retidos não conseguiam acompanhar os resultados dos não retidos. Comparando um grupo de não defasados com um grupo de defasados, todos com a mesma idade, verificou-se que os alunos defasados tiveram melhores notas. Contudo, os não defasados realizaram avaliação em matérias mais difíceis. O autor conclui que a prática de reprovação/retenção escolar não oferece, em média, vantagens acadêmicas sobre os alunos retidos. No entanto, as escolas continuam a reter os alunos em números significativos.

McCoy e Reynolds (1999) estudaram a depressão na adolescência, a relação entre retenção e abandono escolar e quais os efeitos nos alunos considerados de alto risco, aqueles que sofrem de depressão e estão em distorção idade-série. O estudo se baseou em uma amostra de 453 alunos de duas escolas públicas de baixo nível socioeconômico. Por meio de modelo logit, o estudo relatou que os alunos que apresentavam retenção escolar tinham 5,56 chances de abandonar a escola, quando combinadas depressão e retenção, as chances de o aluno evadir eram 7,26 a mais do que as chances do estudante evadir por nota. Isso mostra que quando há problemas de saúde do aluno, a defasagem escolar potencializa não apenas as imperfeições no processo de aprendizagem, mas também contribui para outros problemas, como a evasão escolar.

McCoy e Reynolds (1999) também investigaram os efeitos da retenção escolar sobre o desempenho escolar, capacidade cognitiva e delinquência em

uma amostra de 1.164 alunos até 14 anos de idade e de baixa renda, distribuídos em 95% de negros e 5% hispânicos, da base Chicago Longitudinal Study. Os autores verificaram que os fatores fortemente associados a maiores chances de retenção escolar foram o rendimento escolar (notas dos testes), gênero (meninos tinham mais chances de reprovar), participação dos pais e mudanças ocorridas na escola. Embora ações como a reprovação por nota sejam uma forma de promover um melhor desempenho escolar, elas parecem ser insuficientes. A principal implicação é que a retenção parece não beneficiar muitas crianças. Embora a retenção fosse projetada para ajudar, os alunos retidos não apresentam desempenhos significativos sobre o que foram promovidos à série seguinte. O fenômeno da defasagem escolar não pode ser reduzido às variáveis socioeconômica das famílias, já que a quantidade e a qualidade das escolas, o ingresso no mercado do trabalho, as características individuais observáveis e não observáveis são também determinantes importantes.

A obra intitulada “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia”, escrita Patto (1990), produziu grande impacto nas discussões sobre o tema, suscitando interesse e servindo de referência para pesquisadores em educação, psicólogos escolares, professores, diretores, entre outros. Na presente obra, Patto (1990) desenvolve reflexões conceituais importantes que nos ajudam a compreender o fracasso escolar sob outra perspectiva. Pensar o insucesso escolar como produzido unicamente pelo sujeito ou como sendo consequência do contexto sociocultural em que ele se insere, atribuindo-lhe, acriticamente, a responsabilidade em relação a um fenômeno psicossocial de natureza complexa (fracasso escolar), significa subverter a ordem das coisas, recorrendo a subterfúgios ideológicos e reducionistas para legitimar as desigualdades no âmbito social.

A autora realizou uma pesquisa sobre o fracasso escolar das crianças pobres de um bairro periférico na cidade de São Paulo. Insatisfeita com os altos índices de reprovação e evasão escolar na escola pública de primeiro grau, recorrente ao longo dos anos, inclusive no início da década de 80, e com as extensas explicações parciais, enviesadas por preconceitos e estereótipos fornecidas pela literatura na tentativa de justificar as causas do fracasso escolar nesse âmbito educacional, Patto (1990) decide estudar com mais afinco o fenômeno, indo às suas raízes, oferecendo uma forma alternativa de compreensão da problemática.

Revisando a literatura disponível acerca do fracasso escolar, Patto (1990) se surpreende com as explicações unilaterais marcadas por forte preconceito, utilizadas para explicar as causas desse fenômeno. Reflexo de uma sociedade capitalista, sedimentada em classes sociais e em estruturas de poder hierarquicamente estabelecidas, esses discursos são difundidos, enunciando a visão de mundo que perpassa essas diferentes teorias.

O fracasso escolar é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta gravemente o sistema educacional brasileiro, afetando a vida dos estudantes e o desenvolvimento do país. O impacto desse problema vai além da educação, afetando as trajetórias dos estudantes e contribuindo para o ressurgimento das desigualdades sociais (Chamon et al., 2020).

Compreender as causas do fracasso escolar requer uma análise aprofundada dos fatores pessoais, familiares e institucionais que interagem para criar um ambiente propício a esse resultado. A pesquisa de Portella, Bussmann e Oliveira (2017) destaca que fatores individuais, como a motivação e o envolvimento dos alunos, podem influenciar significativamente o seu desempenho acadêmico e, portanto, o seu progresso no desempenho escolar. Além disso, fatores familiares, como o apoio parental à educação e a condição socioeconômica da família, também desempenham um papel crucial.

É necessário sublinhar, contudo, que as políticas e práticas educativas também desempenham um papel importante nas manifestações do insucesso escolar. O estudo de Fritsch et al. (2019) examinou a trajetória escolar de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas, identificando a relação entre o desempenho escolar e as características institucionais. A qualidade do ensino, a formação dos professores, os métodos de ensino e a adequação do currículo são fatores que afetam diretamente o sucesso ou o fracasso dos alunos.

Considerando a história de vida das crianças (sentenciadas ao fracasso escolar), a autora mencionou como foram construídas as estratégias ou artimanhas do poder que visavam ocultar as raízes do problema, para tanto, não bastava apenas enunciar era preciso fazer crer. Assim, ideologicamente, as famílias e crianças foram convencidas de que o problema da reprovação ou da falta de aprendizagem era provocado unicamente por eles.

Ao entrevistar os pais de quatro crianças multirrepetentes, Patto (2015) identificou a reprodução desta ideologia nos discursos, como, por exemplo, na fala da mãe de uma aluna da escola em que ocorreu o estudo: “não sei se ela é muito esperta, não sei se tem boa memória.” (PATTO, 2015, p. 314).

A partir da análise minuciosa da literatura e da pesquisa em campo, Patto (2015) formulou algumas conclusões: (1) as teorias sobre o fracasso escolar que enfatizam o déficit e as diferenças culturais carecem de revisão, devendo levar em conta os mecanismos escolares que produzem as dificuldades de aprendizagem; (2) o fracasso escolar da escola pública de primeiro grau resulta de um sistema educativo que produz obstáculos à concretização de seus objetivos; (3) o fracasso escolar é legitimado e mantido através de um discurso científico naturalizador desse processo e; (4) a relação entre mecanismos neutralizadores de conflitos e manifestações torna a escola um lugar apropriado à passagem ao compromisso humano-genético.

Observou-se, a partir dessas investigações, que o adiamento da educação no Brasil não é apenas uma situação acadêmica, mas sim uma manifestação das desigualdades sociais profundamente arraigadas. A resolução dessa questão exige uma estratégia abrangente que aborde não só os obstáculos acadêmicos, mas também os fatores socioeconômicos que a impulsionam. Um esforço unificado e dedicado é indispensável para dotar cada brasileiro emergente de uma educação de alto nível, garantindo um futuro melhor para a nação (Fritsch et al., 2019).



A pandemia da COVID-19 criou desafios adicionais para a educação, comprometendo ainda mais a questão do insucesso escolar. Veremos essa questão de forma mais aprofundada na seção a seguir.

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA DEFASAGEM ESCOLAR

A crise causada pelo coronavírus trará diferentes consequências para os brasileiros. Uma das grandes preocupações dos especialistas em Educação é a defasagem escolar pós-pandemia. Principalmente para os que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social. Buscando manter a aprendizagem durante o isolamento, muitas escolas optaram pela utilização de aplicativos e plataformas online. Porém, devido à falta de acesso de alguns alunos à internet e a computadores, as desigualdades educacionais se acentuaram. Além do acesso precário aos recursos tecnológicos, o espaço de casa reduzido desfavorece a concentração, muitos dos familiares não conseguiram prestar apoio nas atividades por possuírem baixa escolaridade, várias crianças e adolescentes que vivem em situação de violência, acabam convivendo mais tempo com seu agressor. Por isso, grande parte desses alunos não consegue manter uma rotina de estudos e acompanhar o desempenho da sua turma. O que gera uma defasagem e, em consequência, aumento nos índices de defasagem e evasão escolar.

A defasagem escolar é uma situação complicada que assola o sistema educacional brasileiro, prejudica a qualidade da educação e reforça as discrepâncias socioeconômicas. O estudo conduzido por Portella, Bussmann e Oliveira (2017) revelou que múltiplos determinantes, incluindo fatores individuais, familiares e escolares, possuem uma correlação crucial com a disparidade idade-série nos sistemas de ensino público no Brasil. Essa dissonância transparece com a matrícula de um aluno em uma série escolar que não está sincronizada com sua idade cronológica.

No Brasil, o atraso escolar decorre de vários fatores interligados. Com base nas conclusões de Fritsch et al. (2019), os estudantes provenientes de famílias empobrecidas enfrentam obstáculos adicionais, incluindo a obrigação de ajudar financeiramente as suas famílias, o que dificulta o seu progresso educativo e a pontualidade. Outro fator identificado é a falta de equipamentos educacionais adequados, como livros didáticos e equipamentos escolares.

As escolas que lutam com recursos inadequados, métodos de ensino desatualizados e instrutores não qualificados são incapazes de proporcionar aos alunos uma educação individualizada, de acordo com pesquisas como a de Chamon et al. (2020). Essa falta de envolvimento e de métodos de ensino participativos pode levar ao desinteresse, à desmotivação e, em última análise, ao aumento do abandono escolar. As implicações de ficar para trás na escola são profundas tanto para os alunos como para a sociedade. Um estudo recente de Almeida et al. (2021) investiga como a pandemia agravou o desmonte da educação no Brasil, ressaltando que as escolas servem não apenas como locais de aprendizagem, mas também de socialização e assistência.

Para superar a lacuna na educação, é necessário um esforço que envolva a colaboração de múltiplas partes. É crucial investir substancialmente na educação, melhorando as comodidades educativas e educando os professores. Além disso, políticas sociais eficazes que lidem com as causas profundas do atraso, como a miséria e a disparidade, desempenham um papel indispensável na criação de um ambiente que promova a aprendizagem (Fritsch et al., 2019).

É difícil analisarmos um retrato final dessa defasagem, porque o INEP ainda não divulgou os resultados do SAEB, mas as redes escolares que já fizeram a avaliação de larga escala têm divulgado, de forma consistente, um retrocesso de 10 anos nos indicadores educacionais e uma queda de 33% da alfabetização no final do segundo ano de pandemia (Melo, 2020). É inquestionável, portanto, que nós tivemos um prejuízo enorme na educação durante a pandemia, isso se deve também ao descontrole gerado pelo Governo Federal, à ausência do MEC no apoio financeiro e técnico aos estados e municípios, ou seja, a resposta final nós ainda não temos. Cabe ao INEP divulgar os resultados.

O Poder Público tem procurado mensurar o tamanho do distanciamento entre alunos que, minimamente, tiveram acesso ao ensino online, daqueles que, por questões sociais, ficaram completamente sem aulas, no mais, levará tempo para reduzir a lacuna criada. É perceptível o aumento da desigualdade social exposta na rede pública de ensino, a capacidade de reação das redes é muito heterogênea no território nacional. Por exemplo, os alunos mais pobres foram mais afetados, já que eles têm menos acesso à internet e muitos ficaram impossibilitados de assistir às aulas remotas. Essa heterogeneidade nos efeitos da pandemia na educação fez com que o Governo Federal tivesse um papel ainda mais importante, principalmente no que se refere a tomada de decisão, uma reação rápida para sanar o problema, no entanto, não foi exercido pelo governo federal.

É possível reduzir essa lacuna, contudo, entendemos que decisões políticas são necessárias. Não há empecilhos técnicos ou falta de clareza em relação àquilo que precisa ser feito, não faltam especialistas que já desenvolveram ferramentas para fazer esse enfrentamento. O que falta é a decisão política pela priorização da educação, porque para recuperar os danos causados pela pandemia, precisamos de um projeto a longo prazo. Além das perdas cognitivas, o período trouxe danos emocionais irreparáveis.

Outra questão que merece destaque durante o período pandêmico foi o livro didático, que é a materialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o aluno e para o professor. Ele deve, portanto, refletir o momento em que vivemos. É claro que o ciclo de elaboração das obras didáticas no país não previu uma pandemia, mas seria importante que o Governo Federal entendesse que vivemos uma emergência educacional e que os livros didáticos precisam responder a essa emergência e serem revistos, complementados por outros materiais e outros suportes para que o aluno não acumule mais defasagens. Infelizmente, não temos nenhuma sinalização do Governo Federal em relação àquilo que foi perdido em termos de aprendizagem pelos alunos das escolas públicas do Brasil, mas a medida correta seria ter um reforço via Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PLND).

Das diversas questões levantadas no contexto da pandemia, os atrasos escolares surgiram como uma das mais prementes e complexas. A interrupção repentina das aulas presenciais, a adaptação ao ensino à distância e o acesso desigual à tecnologia agravaram as disparidades educacionais no país (Fritsch et al., 2019). Dias (2021) acredita que o aumento do cansaço social no contexto da pandemia afetou a motivação e a vontade de aprender dos alunos. O cansaço emocional e a sobrecarga de atividades afetam diretamente a qualidade da participação dos alunos no processo educativo.

Neste contexto, Minto (2021) destaca que a pandemia agravou ainda mais as disparidades educativas, revelando a importância das escolas como espaços de igualdade de oportunidades. A falta de recursos tecnológicos e de internet impede que muitos alunos participem efetivamente de cursos à distância, ampliando o fosso educacional entre os diferentes grupos sociais.

A análise de Saviani e Galvão (2021) também destaca a discussão do ensino à distância, argumentando que a simples transferência de uma aula presencial para um ambiente virtual não garante a eficácia do processo de ensino. O ambiente escolar e a ausência de interação presencial têm um impacto profundo na educação geral do aluno, criando potencialmente lacunas significativas no desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

A pesquisa de Palú, Schütz e Mayer (2020) destaca a necessidade de enfrentar proativamente os desafios educacionais em tempos de pandemia. Eles observam que a adoção de estratégias instrucionais diferenciadas e adaptadas à nova realidade é fundamental para minimizar os impactos negativos na aprendizagem dos alunos. A falta de interação social e de apoio presencial pode exacerbar as disparidades escolares, pelo que é fundamental encontrar alternativas inovadoras.

Adicionalmente, Vasconcelos e Colares (2020) discutem o uso da tecnologia na educação durante a pandemia. Apontam para a adoção desigual de tecnologias digitais entre os estudantes, o que agravou as desigualdades educativas. A falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas e a falta de acesso a equipamentos adequados podem agravar as lacunas, exigindo uma abordagem equitativa para garantir a continuidade da aprendizagem.

A pesquisa de Oliveira (2020) destaca a urgência de repensar a educação em tempos de pandemia. O autor destaca que a situação atual exige uma reflexão profunda sobre os métodos de ensino e a relação entre educadores e alunos. O desenvolvimento de estratégias de ensino flexíveis e a descoberta de formas de envolver os alunos à distância são elementos-chave para colmatar lacunas educativas e manter o processo educativo em andamento.

A pandemia criou uma série de desafios educacionais que levaram ao aumento das disparidades escolares no Brasil. As interrupções nas aulas presenciais, a adaptação ao ensino remoto, o acesso desigual à tecnologia e a falta de interação social tiveram um impacto negativo na aprendizagem dos alunos. Pensando nisso, encontrar estratégias inovadoras, formar professores e promover a igualdade de oportunidades é um imperativo para enfrentar esta

crise educacional e garantir um futuro mais justo e equitativo para todos os estudantes (FRITSCH et al., 2019).

Embora o ensino à distância tenha sido adotado como uma alternativa à interrupção das aulas presenciais, a transição para esse modelo apresentou o seu próprio conjunto de obstáculos. Dias (2021) aponta que a educação à distância pode ser menos eficaz para muitos alunos, principalmente aqueles que não possuem um ambiente de aprendizagem adequado ou que têm dificuldade de concentração em casa. Isso pode levar ao aumento das taxas de abandono e atrasos educacionais.

Outro ponto relevante diz respeito ao papel dos professores nas novas dinâmicas educacionais. A formação de professores para o ensino à distância foi identificada como uma questão fundamental por vários estudos. Vasconcelos e Colares (2020) discutem a necessidade de preparar os professores para utilizarem a tecnologia de forma eficaz, não apenas em termos de tecnologia, mas também no planejamento de atividades que envolvam os alunos e facilitem a aprendizagem de formas significativas.

Além disso, o impacto emocional nos estudantes durante a pandemia deve ser considerado. A pesquisa de Minto (2021) destaca que a ansiedade, o estresse e a fadiga emocional podem prejudicar a capacidade de concentração e aprendizagem. A incerteza quanto ao futuro, a falta de interação social e a adaptação aos novos modelos de ensino são fatores que afetam diretamente o desempenho acadêmico e geram lacunas.

Os aspectos socioeconômicos também desempenharam um papel crucial nas disparidades escolares durante a pandemia. Saviani e Galvão (2021), discutem as desigualdades no acesso à tecnologia e à internet. A falta de equipamentos de qualidade e de conectividade impacta diretamente o envolvimento dos alunos em aulas remotas, exacerbando as disparidades educacionais entre aqueles que têm acesso a recursos tecnológicos e aqueles que não têm.

É necessário sublinhar que a pandemia não só alargou as disparidades existentes, mas também destacou a importância das escolas como espaços sociais de interação e apoio. A falta de atividades extracurriculares, de programas de alimentação escolar e de apoio psicoeducacional impacta a educação integral dos alunos. A pesquisa de Palú, Schütz e Mayer (2020) destaca a necessidade de repensar não apenas a disseminação de conteúdos, mas também o papel das escolas na promoção do desenvolvimento holístico dos alunos.

As discussões sobre a recuperação da aprendizagem perdida e a implementação de estratégias de equalização têm sido destacadas na literatura educacional. A ênfase no diagnóstico de lacunas educacionais, no planejamento de intervenções instrucionais específicas e na busca de soluções colaborativas entre educadores, famílias e administradores educacionais são aspectos fundamentais para minimizar o impacto duradouro da pandemia nos atrasos escolares.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo apresentar informações referentes a defasagem escolar brasileira, focando no período pandêmico, visando lançar luz sobre a problemática da defasagem escolar no contexto brasileiro. A defasagem escolar ocorre quando os alunos não alcançam os níveis de conhecimento esperados para sua série ou ano escolar, criando disparidades no processo educativo. A pandemia trouxe consigo desafios significativos que exacerbaram essa questão, é crucial compreender as implicações disso.

É importante notar que a resposta governamental às complexidades trazidas pela pandemia se mostrou insuficiente para enfrentar esse problema de maneira eficaz. Fatores como a falta de acesso à tecnologia, acentuadas desigualdades socioeconômicas e a ausência de apoio presencial desempenharam um papel crucial nos déficits de aprendizagem observados nos estudantes durante e após a pandemia.

Além disso, a transição abrupta para o ensino à distância revelou uma falta de preparação tanto por parte das escolas quanto dos educadores. Isso teve como resultado uma queda na qualidade da educação e no nível de aprendizagem dos alunos, que não conseguiram atingir os objetivos educacionais específicos.

Acentuou-se ainda mais a disparidade entre os alunos de diferentes níveis socioeconômicos, com aqueles que têm recursos limitados enfrentando desafios adicionais para se adaptarem ao ensino remoto. A falta de orientações específicas para disciplinas específicas ressaltou a necessidade de abordagens mais adaptativas e coordenadas para garantir a continuidade da aprendizagem.

Neste contexto, o estudo enfatiza a importância de políticas educativas inclusivas e colaborativas que considerem a diversidade das necessidades dos estudantes e que procurem mitigar os efeitos negativos da pandemia na aprendizagem. Essas políticas devem ser reforçadas por uma compreensão abrangente das complexidades envolvidas e devem ser desenvolvidas de forma colaborativa entre todas as partes interessadas no processo educativo.

Por fim, é importante considerar que a análise dessa questão é complexa e multifacetada. Este estudo serve como um ponto de partida, mas também ressalta a necessidade de pesquisas adicionais e investigações mais aprofundadas sobre o tema, a fim de informar políticas educativas mais eficazes e abordagens pedagógicas que promovam a igualdade de oportunidades educativas para todos os estudantes, independentemente de suas situações socioeconômicas.

# School lag: pandemic context under analysis

## ABSTRACT

This article's main objective is to present information regarding the Brazilian school gap, focusing on the pandemic period. It is noted that, with the end of the pandemic, school gaps tend to increase if measures are not adopted to resolve the problem. Methodologically, to achieve the objectives of the study, bibliographical research was used, which aims to establish a connection between the researcher and the published materials, collecting information from pre-existing studies. It should be noted that understanding the causes of school lag is crucial for teachers, as this enables them to take effective preventive and corrective measures. It is concluded that among the main reasons for academic delay is the lack of exposure of students to the necessary knowledge, which was aggravated during the pandemic, resulting in poor learning. As a result, when students returned to their studies they were faced with more advanced content, which led to difficulties in understanding due to the lack of a solid foundation in concepts from previous levels, essential for progress in learning.

**KEYWORDS:** School lag. COVID-19. Education

# Rezago escolar: contexto de pandemia bajo análisis

## RESUMEN

Resumen: El principal objetivo de este artículo es presentar informaciones sobre la brecha escolar brasileña, centrándose en el período de pandemia. Se observa que, con el fin de la pandemia, las brechas escolares tienden a aumentar si no se adoptan medidas para resolver el problema. Metodológicamente, para lograr los objetivos del estudio se utilizó la investigación bibliográfica, que tiene como objetivo establecer una conexión entre el investigador y los materiales publicados, recopilando información de estudios preexistentes. Cabe señalar que comprender las causas del rezago escolar es crucial para los docentes, ya que esto les permite tomar medidas preventivas y correctivas efectivas. Se concluye que entre los principales motivos del retraso académico se encuentra la falta de exposición de los estudiantes a los conocimientos necesarios, la cual se agravó durante la pandemia, derivando en un pobre aprendizaje. Como resultado, cuando los estudiantes regresaron a sus estudios se encontraron con contenidos más avanzados, lo que generó dificultades en la comprensión por la falta de una base sólida en conceptos de niveles anteriores, esenciales para avanzar en el aprendizaje.

**PALABRAS CLAVE:** Rezago escolar; COVID-19; Educación.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.A.; et al. Relações no ambiente escolar pós-pandemia: enfrentamentos na volta às aulas presenciais. **Revista Actualidades Investigativas en Educación**, Costa Rica, v. 21, n. 3, p. 275-302, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v21n3/1409-4703-aie-21-03-00275.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- ARANHA, M.L.A. **Brasil no Século XX: o desafio da educação**. In: ARANHA, M.L.A. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo/SP: Editora Moderna, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.
- CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira et al. Narrativas e representações sociais: professores de ensino fundamental e fracasso escolar. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 20, n. 66, p. 1144-1161, 2020.
- DIAS, É. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. **Revista Ensaio - avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 29, p. 565-573, 2021.
- FRITSCH, Rosângela et al. Percursos escolares de estudantes do ensino médio de escolas públicas do município de São Leopoldo, RS: desempenho escolar, perfil e características. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 27, p. 543-567, 2019.
- GONÇALVES, G.Q.; et al. Associação do Programa Bolsa Família com os diferenciais de distorção idade-série. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016, XX. **Anais: [...]**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2016.
- HOLMES, C.T. Grade-level retention effects: A meta-analysis of research studies. In: SHEPARD, L.A.; SMITH, M.L. (Eds.). **Flunking grades: Research and policies on retention**. London: The Falmer Press, 1989.
- HOLMES, C.T.; MATTHEWS, K.M. The effects of nonpromotion on elementary and junior high school pupils: A meta-analysis. **Reviews of Educational Research**, [S.l.], v. 54, p. 225-236, 1984.
- HONDA, K.M. **Um estudo sobre determinantes do atraso escolar**. 2007, 81f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (FE/USP), São Paulo/SP, 2007.
- KASSOUF, A.L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova economia**, Belo Horizonte/MG, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.



LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2010.

MCCOY, A.R; REYNOLDS, A.J. Grade Retention and School Performance: An Extended Investigation. **Journal of School Psychology**, EUA, v. 37, p. 273-298, 1999.

MELO, K. Pandemia vai afetar todas as áreas da educação no país, diz Inep. **Agência Brasil**, Brasília/DF, jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/pandemia-vai-afetar-todas-areas-da-educacao-no-pais-diz-inep>. Acesso em: 10 maio 2022.

MINTO, L.W. A pandemia na educação. **Revista Trabalho, Política e Sociedade (RTPS)**, Nova Iguaçu/RJ, v. 6, n. 10, p. 139-154, 2021.

OLIVEIRA, Ana Beatriz. Educação em tempos de pandemia. **Pedagogia em ação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 279-287, 2020.

OLIVEIRA, L.F.B.; SOARES, S.S.D. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência**: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e censo escola. Rio de Janeiro/RJ: Repertório do conhecimento do IPEA, 2013.

PALÚ, J.; SCHÜTZ, J.A.; MAYER, L. Desafios da educação em tempos de pandemia. **Revista Ilustração**, Cruz Alta/RS, v. 324, p. 1- 20, 2020.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 1. ed. Anápolis/GO: Editora Intermeios, 1990

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Casa do Psicólogo, 2015.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. **Nova economia**, v. 27, p. 477-509, 2017.

SANTOS, M.J.V. **História Antiga e Medieval**. 10. ed. São Paulo/SP: Editora Ática, 1991.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I. (Orgs.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia**: a falácia do "e; ensino" e; remoto. Universidade e sociedade: projeto da Andes-Sindicato Nacional, 2021.

SOUZA, E.P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de ciências sociais aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, p. 110-118, 2020.

VASCONCELOS, L.S.; COLARES, M.L.I.S. Educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil. **Revista Debates em Educação**, Maceió/AL, v. 12, n. 28, p. 19-41, 2020.

**Recebido:** 19 out. 2023

**Aprovado:** 09 fev. 2023

**DOI:** 10.3895/rtr.v9n0.17707

**Como Citar:** FREITAS, F. A. I.; SUDBRACK, E. M. Defasagem escolar: contexto pandêmico em análise. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e17707, p. 1-18, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Franklin Antônio Inácio Freitas  
franklinantonioinacio@gmail.com

**Direito Autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

